

planificações do governo anterior, não encontrará distinções. A inércia do movimento nulo é a mesma. Veja V. Exa. a planificação no setor que ontem esteve abordando da tribuna da Assembleia. V. Exa. vai me permitir este pequeno parentese, dada a gravidade do fato que hoje chegou ao meu conhecimento, mas que se enquadraria perfeitamente dentro desta análise genérica da inexistência de planos: Trata-se de um grande defeito ocorrido na Usina Termoeletrica de Votuporanga.

O governo do Estado vai ter que mandar para os Estados Unidos, para conserta o eixo motor das turbinas, retirando das linhas cinco mil quilowatts e vai levar uma unidade de Juquá para Votuporanga a fim de substituir a de lá. E vai também partir de Juquá para fazer sua corrida política eleitoral nos próximos dias. Não sei como a população de Juquá o receberá e não sei se S. Exa. sabe que a usina termoeletrica de Juquá tem uma de suas unidades retirada, sob o protesto dos engenheiros e da população, para socorrer Votuporanga e ir aos Estados Unidos. Veja que planificação, nobre deputado, num dos setores básicos do Estado de São Paulo! E assim esse pequeno caso de Juquá é apenas um símbolo do estado geral da planificação do Estado de São Paulo. E o Prof. Carvalho Pinto precisa retomar as rédeas do governo, pois tenho a impressão de que o Estado já está sem leme na execução das suas obras públicas.

O SR. MARCO ANTÔNIO — Muito obrigado pelo aparte, nobre deputado Jethero de Faria Cardoso. Pelo deus se conhece o gigante. Esse pequeno caso dá uma demonstração daquilo que — talvez com alguma impropriedade, é possível — chamei de esteio de cimento. Vejam bem: não permite que os Srs. deputados — e Srs. deputados da situação — tenham transformado em lei uma proposição tão pequena como esta: a criação de um subposto de saúde. Não posso Deputado não foi feito para fazer leis; foi para dizer amém a tudo que o Sr. Carvalho Pinto quiser. Infelizmente, por circunstâncias que escapam à minha sensibilidade, os Srs. deputados da maioria continuam a dizer amém. Espero, como disse outro dia, que após as eleições presidenciais, quando não estiver próxima nenhuma luta política, todos nos assentemos e resolvamos fazer aquilo que temos que fazer: defender o povo para que esta Casa possa dizer ao Sr. Carvalho Pinto que ele está enganado, que não é ditador de São Paulo, que não é o dono da Fazenda que é só um governador. Dizer a ele que o regime democrático tem um funcionamento certo. Contar a ele que existem três poderes e que cada um tem a sua especificação dentro do organismo do Estado. A ele compete executar; a nós, legislar. Pois de uns tempos para cá — isto é uma verdade que venho dizendo e que ninguém pode contestar — quem está legislando é o governador. Só as mensagens de S. Exa. é que são aprovadas e evidentemente ele não as vota. O deputado não pode legislar, porque quando legisla, tem a sua proposição vetada, sem embargo do parecer favorável de comissões técnicas e sem embargo da unanimidade que obtém neste plenário.

E depois, no fundo, é uma ofensa até a nossa inteligência argumentar desta ordem para o veto! Eis o veto de S. Exa.: "Não posso estar criando sub-postos indiscriminadamente. É necessário um planejamento." "Está bem. Mas V. Exa. disse que existia o planejamento. Nós demos o dinheirinho." Então ele não existe? E a primeira confissão desleal, porque só agora é feita e não antes da aprovação do crédito de cem bilhões de cruzeiros. "Então não há planejamento? Vamos, pois, legislar. Vamos fazer sub-postos, à medida que cada deputado entenda de necessidade pública." Vai o deputado Santilli e apresenta projeto de lei; a Casa aprova e o governador vota. Diz que não há planejamento. "Está bem. Então o que devemos fazer, Sr. Governador? Não há planejamento!" O planejamento não é o deputado que faz; é o Executivo. O Sr. disse que existia o planejamento. Demos-lhe cem bilhões, dirá a maioria, porque eu não dei. E aí o que o Sr. fez? Nada fez. Ele confessa logo adiante que (Lê) "cuido pois que deve a Administração dotar os serviços já em funcionamento de todos os recursos indispensáveis ao seu rendimento ótimo ao invés de criar novos, num esforço carente de um sentido de conjunto." Vejam bem, que S. Exa. está na chefia do Executivo há um ano e meio e não melhorou sequer os subpostos já existentes. Para cuidar dos já existentes não se deve cuidar dos novos? Acontece que amanhã vamos estar diante do mesmo problema. E, pois, necessário melhorar o que já existe — e ele nada melhorou. E um argumento dado pela própria pessoa que criou a situação.

O Sr. Wilson Lapa (Com assentimento do orador) — Nobre deputado, sem estender-me a considerar o que V. Exa. já disse de maneira convincente a respeito do procedimento do Governador para não criar esse subposto, mas apenas para fixar a necessidade imperiosa que tem o Estado de reequipar os postos, os centros e as delegacias de saúde e também os subpostos, devemos notar que a situação é assustadora. Desde o Governador Garcez que se tenta reorganizar as secretarias de Estado, mas tal recuperação tem se limitado à criação de departamentos, de cargos, de chefias de seção. Mas a verdade é que o sistema continua sendo o mesmo. Represento nesta Casa uma das mais ricas regiões do Estado, que é a Alta Araraquarense, da qual a comarca de Fernandópolis é das mais prósperas, embora na última divisão administrativa e judiciária do Estado tenha sido relegada à posição de primeira entrância, quando deveria ter sido elevada à segunda. No entanto, ao lado de cidades como Araraquara, Catanduva e São José do Rio Preto, o movimento forense de Fernandópolis é superior ao das duas últimas. Digo isso para apenas fixar a situação desgraçada em que se encontra a população interiorana. Além disso, os postos de saúde são verdadeiros cabides de empregos, chochos de funcionários que nada fazem. Pelo menos é o que acontece na minha região, fato esse que já mereceu de minha parte apelos aos Secretários e ao Governador, no sentido de que seja feita sindicância nesses postos, que continuam em situação de absoluta calamidade, que não fazem jus à despesa que o Estado tem para mantê-los. O Governador, na alegação de que precisa atender à recuperação desses postos, está muito certo, embora não esteja eu de acordo com o veto ao projeto do nobre deputado Santilli Sobrinho, porque, por exemplo, vários distritos, agora elevados a municípios, se ressentem da falta de postos de saúde. Não me sinto à vontade para apresentar projetos criando tais postos, porque acho que tal medida deve ser estudada e orientada pelo grupo do Plano de Ação.

O SR. MARCO ANTÔNIO — A declaração de V. Exa. é valiosa. Quando, desta tribuna, afirmamos certas coisas, contra nós se levanta a suspeita de sermos da oposição, e muitas vezes apaixonados. V. Exa., não, nobre deputado Wilson Lapa; além de pertencer à maioria, é deputado que se tem mostrado sereno e que procura real e sinceramente defender o povo. Os subsídios de V. Exa. enriquecem o meu discurso, ou melhor, ele próprio é a riqueza do modesto discurso que venho pronunciando.

O Sr. Wilson Lapa — Muito obrigado pela bondade de V. Exa.
O SR. MARCO ANTÔNIO — Eminentíssimo deputado, as declarações de V. Exa. envolvem administrações passadas. Já no tempo do governo do Sr. Garcez, diz V. Exa., a coisa era assim. Passou para o governo Jânio Quadros, que a deixou assim. Há um ano e meio está no governo o Sr. Carvalho Pinto, e a coisa continua assim.

— (Assume a Presidência o Sr. Abreu Sodré.)

Então, é de se perguntar: Sr. Jânio Quadros, como pode o senhor

ter o topete de se apresentar à Nação como grande administrador, se nem sequer cuidou da parte da saúde, dos subpostos, dos postos, que vão atender, praticamente, às populações menos protegidas pela fortuna? Como pode, agora, bater às portas deste mesmo povo para obter votos?

O SR. PRESIDENTE (fazendo soar a campainha) — A Presidência pede licença para informar ao nobre orador que resta apenas um minuto do seu tempo regimental.

O SR. MARCO ANTÔNIO — Muito obrigado, Sr. Presidente. Quer dizer que o Sr. Jânio Quadros abandonou as populações do interior. E o Sr. Carvalho Pinto, que disse seguir a mesma orientação, demonstra ser verdadeiro neste passo, porque fez a mesma coisa, conforme agora o testemunho insuspeito do eminente deputado que me honrou com seu aparte.

Por isso, espero que esta Casa acorde e se não letárgico em que vive e passe a contrariar o Sr. Governador. Não pelo prazer de contrariá-lo, mas pela necessidade de cumprir o seu dever de se colocar ao lado do povo. Ele continua a assistir à queda da Assembleia, através de inúmeros améns a todas as heresias pleiteadas e obtidas pelo Governador. Este poder vai desaparecer e o povo vai lamentar os votos que gastou conosco porque não nos teremos mostrado dignos deste mesmo povo.

Espero que nossos eminentes colegas, diante da evidência dos fatos, diante da própria confissão do Sr. Governador de que não existe planejamento e de que os postos já existentes carecem de melhor tratamento, passem, então, a rejeitar os vetos.

Deixo esta tribuna com a consciência tranquila, certo de ter cumprido o meu dever, como espero aconteça também com todos os meus ilustres colegas, pois, cada dia que passa, merecem mais do deputado que ocupa esta tribuna. Muitas vezes sou caustico; outras vezes, critico quase diretamente, mas faço-o no bom sentido, para chamar os meus colegas à luta, a fim de que esta Casa venha a ter existência real, como sonham os criadores do regime.

Rejeitem o veto, Srs. deputados, que será assim uma lição, modesta, é claro, mas uma lição ao professor que está tão carecedor de lições. Porque lição S. Exa. não deu a ninguém até agora, a não ser uma: de que é fácil governar o Estado de São Paulo. E só ter os jornais nas mãos.

O SR. PRESIDENTE — Continua em discussão. (Pausa.) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. deputados que aprovarem o projeto e rejeitarem o veto, queiram permanecer sentados. (Pausa.) Rejeitado o projeto, acolhido o veto.

Há sobre a mesa requerimento do nobre deputado Jacob Zveibil, solicitando preferência para o item 3.º da pauta. Em votação. Os Srs. deputados que aprovarem o requerimento queiram permanecer como se encontram. (Pausa.) Está aprovado.

— Entra em discussão, que é sem debate encerrada, o Projeto de lei n.º 1.945/59 (Autógrafo n.º 6.221), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Almeida Barbosa, dando a denominação de "Desembargador Cantidiano Garcia de Almeida" ao Fórum de Tietê. Parecer n.º 1.514/60, da Comissão de Justiça, favorável ao veto. (Prazo: 27-7-60).

O SR. JOSE FELÍCIO CASTELLANO — (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, Srs. deputados, preciso é que se façam presentes as razões do veto do Sr. governador ao Projeto de lei ora submetido à votação do Plenário; as quais desejo repetir:

"Objetiva, o projeto em exame, dar a denominação de "Desembargador Cantidiano Garcia de Almeida" ao Fórum da cidade-sede da Comarca de Tietê.

As altas qualidades morais e intelectuais, que exornam a personalidade singularmente respeitável do Desembargador Cantidiano Garcia de Almeida, tornar-me-iam ao extremo agradável perpetuar o nome desse insigne magistrado no Fórum da cidade em que nasceu.

Cuido, porém, que não devo — mesmo diante de distinção como a presente, excepcional por força da própria figura do homenageado — quebrar um princípio que me impus, ao baixar o Decreto n.º 35.839, de 24 de novembro de 1959, qual seja o de não dar o nome de pessoas vivas a prédios, estabelecimentos públicos ou repartições do Estado."

Vê-se, portanto, Sr. Presidente, que a medida é de norma geral, já está prevista em decreto governamental que proíbe que se dê nome de personalidades vivas a prédios ou estabelecimentos públicos. Esta, apenas esta, a razão do veto do Sr. Governador do Estado, sem que haja na mesma qualquer demérito à insigne figura do Desembargador Cantidiano Garcia de Almeida, personalidade respeitável por seus dotes de cultura e serviços prestados ao Estado.

Antes de encerrar Sr. Presidente, desejava, à guisa de protesto, rebater as críticas do nobre deputado Marco Antônio, proferidas no encaminhamento da votação do primeiro veto da pauta dos nossos trabalhos.

Realmente, a situação em que certo ex-governador deixou as coisas públicas em São Paulo eram de tal forma que muitos e muitos anos ainda se passarão até que tenhamos as mesmas arrançadas, organizadas e ordenadas, o estorag foi enorme... Somente aqueles que não querem ver, somente aqueles que não querem enxergar, somente aqueles que não têm percorrido os nossos municípios estão desapercebidos de que existe sim, existe vivendo e palpitante em todos os municípios do Estado os benefícios do que chamamos Plano de Ação do que chamaremos, no futuro, "plano de redenção" de São Paulo. Por isto protestamos contra as críticas infundadas, e irreais, que o nobre deputado Marco Antônio fez da tribuna quanto ao trabalho que o Sr. governador vem fazendo, quanto aos benefícios que o Plano vem dando aos municípios do Estado, ao esquecido interior do Estado, onde grandes obras nascem como cogumelos em todos os municípios, onde a cota devida está em dia, ao contrário do que sucedia em outros tempos...

No futuro, Sr. Presidente, não só São Paulo, mas a própria Nação haverá de fornecer à história os dados estatísticos deste impressionante governo que incomoda a alguns mas beneficia à grande maioria!

O SR. PRESIDENTE — Em votação. Os Srs. deputados que aprovam o projeto, rejeitando o veto, queiram permanecer como se encontram. — (Pausa.) Acolhido o veto e rejeitado o projeto.

— Entra em discussão o Projeto de lei n.º 546/59 (Autógrafo n.º 6.214), vetado totalmente, apresentado pelo deputado Castelo Branco, autorizando a Fazenda do Estado a reverter ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Limeira imóvel situado naquele município. Incluído na Ordem do Dia, sem Parecer, de acordo com o Artigo 25 da Constituição do Estado. (Prazo: 27-7-60).

O SR. FERNANDO MAURO (Para reclamação) — Sr. Presidente, requeiro, nos termos regimentais, uma verificação de presença. (Pausa.)

Sr. Presidente, retiro o meu pedido de verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão. (Pausa.) Os Srs. deputados que aprovarem o projeto, rejeitando o veto, queiram permanecer sentados. — (Pausa.) Rejeitado o projeto e acolhido o veto.

Esgotada a matéria da pauta da presente sessão extraordinária, a Presidência convoca os Srs. deputados para a sessão ordinária de amanhã, às 14,30 horas.

Está encerrada a sessão.

Nada mais havendo a tratar, levanta-se a sessão.

83.ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 4.ª LEGISLATURA, EM 27 DE JULHO DE 1960

PRESIDÊNCIA
SECRETARIOS

do Sr. Gustavo Martini,
Srs.: Araripe Serpa, Vicente Rotta
e Carlos Kherlakian.

O SR. PRESIDENTE — Havendo número legal, declaro aberta a sessão.

As 14,30 horas abre-se a sessão com a presença das seguintes Srs. deputados: Alberto da Silva Azevedo — Antônio Mastrocola — Antônio Moreira — Araripe Serpa — Archimedes Lammógia — Bento Dias Gonzaga — Carlos Kherlakian — Cid Franco — Costabile Romano — Dante Perri — Luciano Lepora — Coronel Geraldo Martins — Gustavo Martini — Henrique Peres — Jacob Zveibil — Jairo Azevedo — Jethero de Faria Cardoso — Mendonça Falcão — José Felício Castellano — Magalhães Prado — Leônidas Ferreira — Luiz Roberto Vidigal — Marcondes Filho — Mário Telles — Murillo Sousa Reis — Onofre Gossuen — Pedro Paschoal — Cardoso Alves — Sôlon Borges dos Reis — Vicente Botta — Osvaldo Santa Ferreira e Pinheiro Júnior; e ausência dos seguintes Srs. deputados: Alfredo Farhat — Altimar Ribeiro de Lima — Nunes Ferreira — Marco Antônio — Anacleto Campanella — André Nunes Júnior — Angelo Zanini — Anibal Hamam — Parabulini Júnior — Padre Godinho — Antônio Sampaio — Athié Jorge Coury — Augusto do Amaral — Bady Bassitt — Realindo Corrêa — Camillo Ashear — Arruda Castanho — Ciro Albuquerque — Leonardo Ceravolo — Lot Neco — Eduardo Barnabé — Fernando Mauro — Francisco Franco — Scalamandré Sobrinho — Geraldo de Barros — Germaine Feijó — Hilário Torloni — Ioshitumi Utiyama — Israel Novaes — Jacob Pedro Carolo — João Hornos Filho — João Sussumu Hirata — Chaves de Amarante — Castelo Branco — José Costa — José Maria Costa Neves — Rocha Mendes Filho — Santilli Sobrinho — Leônicio Ferraz Júnior — Luciano Nogueira Filho — Mauricio Leite

de Moraes — Jorge Nicolau — Modesto Guglielmi — Nagib Chaib — Avalone Júnior — Norberto Mayer Filho — Orlando Zaucaner — Benedito Matarazzo — Abreu Sodré — Almeida Barbosa — Ruy Junqueira — Scini Jorge Resegue — Lopes Ferraz — Walter Menk — Wilson Lapa — Cássio Ciampolini — Lincoln Feliciano — Domingos C. Calló e Almeida Pinto.

No decorrer da sessão compareceram os seguintes Srs. deputados: Athié Jorge Coury — José Costa — Modesto Guglielmi e Avalone Júnior.

O SR. PRESIDENTE — Convido o Sr. 2.º Secretário a proceder à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. 2.º SECRETÁRIO procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é considerada aprovada.

O SR. PRESIDENTE — Convido o Sr. 1.º Secretário a proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE

OFÍCIO N.º 221 SA. DO SR. PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO

São Paulo, 26 de julho de 1960.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de comunicar a V. Exa. que o Tribunal de Justiça Militar tem necessidade de transferir, na próxima lei do reajustamento orça-